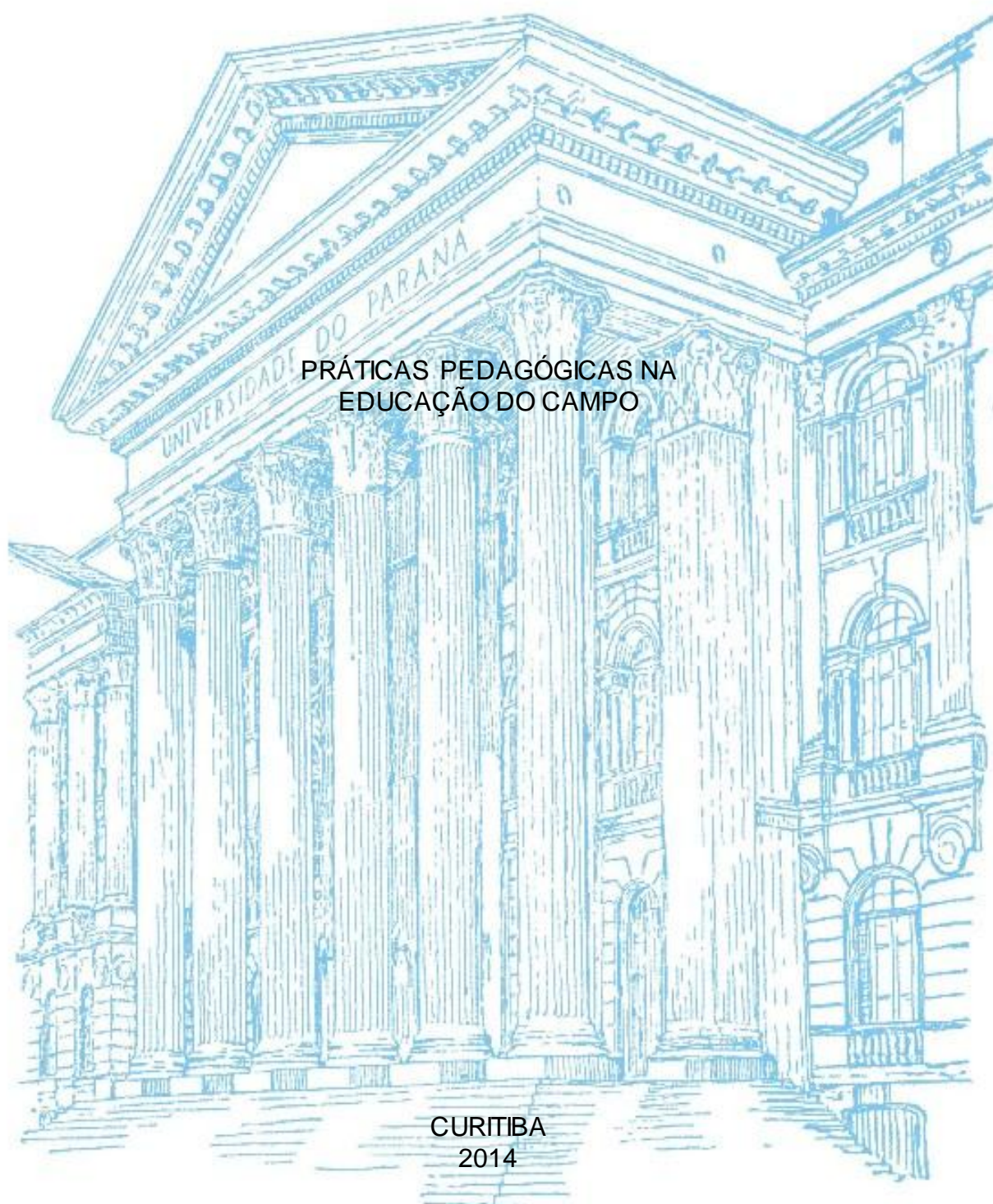


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSANE CARDOSO BOCK



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO

CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSANE CARDOSO BOCK

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof. Dalessandro de Oliveira

CURITIBA
2014

RESUMO

O artigo em questão estuda a temática da Educação do Campo, que teve sua luta originária dos movimentos sociais, os quais reivindicavam o direito à educação para o povo do campo, atendendo às necessidades do seu contexto e suas especificidades. Contudo, houve uma certa desatenção frente às políticas públicas no que refere-se à Educação do Campo, que aos poucos foi tomando seu espaço de direito, tendo, na Constituição de 1988, um grande suporte e começo na luta pelos direitos sociais. Devido à essa luta, criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que reconheceu a diversidade do campo. A partir desta lei que referenciou um artigo específico para a escola do campo, as escolas do campo, que ainda eram subordinadas aos currículos urbanos, sentiram a necessidade da reformulação dos currículos, e o enfoque deste artigo é o de estudar e pesquisar essa reformulação e suas características de acordo com os princípios da Educação do Campo, no sentido de resgatar o valor ao trabalho, à terra, à cultura e dos sujeitos que ali vivem. Foi descrita a realidade de uma escola do campo, tendo como parâmetro de pesquisa a análise documental, entrevistas e a observação direta. Como afirma Arroyo (1999) “Precisamos construir um projeto que vincula a educação às questões inerentes à realidade”. Não basta, porém, apenas o currículo reformulado, mas é preciso repensar a formação continuada dos professores, responsáveis diretos pelo processo ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação do Campo, Currículo, Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Há muito se vê em discussão a temática da Educação voltada aos trabalhadores rurais e às pessoas que vivem no e para o campo, ou seja, a Educação do Campo. A Educação do Campo prevê uma educação voltada aos interesses e à realidade concreta dos trabalhadores rurais, valorizando os conhecimentos da vida no campo, desmistificando a supremacia da cidade em detrimento do campo.

O artigo traz, primeiramente, um breve histórico do movimento frente à Educação do Campo nas políticas públicas e a abordagem da temática nas leis voltadas para a educação. Faz-se, também, uma sucinta explanação das características dos grupos sociais inseridos na concepção de campo. Tendo claro estes dois itens, parte-se para uma análise das questões que envolvem as práticas pedagógicas dentro da expectativa da Educação do Campo, como a reformulação do currículo e a importância na formação docente.

Para compreender toda essa trajetória e a temática, perpassou-se por estudos e pesquisas, leis, textos, documentos, produções científicas, tendo como base a pesquisa bibliográfica para a elaboração deste artigo.

Tendo toda essa base teórica, parte-se para a análise na prática de uma escola do campo, com levantamento de dados na proposta pedagógica e regimento escolar da escola, além de entrevista escrita e observação de toda a organização da escola e às práticas educativas, como se dá essa relação da temática Educação do Campo dentro deste espaço.

Este artigo tem como objetivo analisar as discussões frente à demanda da Educação do Campo e pensar as práticas pedagógicas na perspectiva da construção de um currículo adaptado a esta realidade.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A discussão acerca da Educação do Campo teve seu início com o ruralismo pedagógico, que durou até a década de 1930. O ruralismo pedagógico objetivava fixar o homem no campo. Até então, as Constituições apenas se referiam a educação como um todo, não aparecendo qualquer menção à Educação do Campo. Neste texto, pretende-se abordar a temática da Educação do Campo, alguns passos de sua trajetória histórica e sua importância para o povo do campo.

A Educação brasileira vem apresentando inúmeros problemas em seu quadro geral, seja em relação à violência, ao desinteresse dos alunos, à indisciplina escolar, à má qualificação profissional ou a desestrutura material e física, enfim, a escola parece não acompanhar o desenvolvimento social, econômico, político e tecnológico da sociedade.

Atualmente, não basta o aluno aprender a ler, escrever e calcular para conseguir atuar, viver e encarar as frequentes mudanças e avanços do processo de globalização. A função da escola é muito mais substancial, é tornar o aluno capaz de compreender a realidade em que vive e participar criticamente dela, conforme pode-se observar do documento abaixo:

A escola deve assegurar aos alunos o contato com os conhecimentos científicos mais elaborados, pois são estes que efetivamente possibilitarão a autonomia e a tomada de consciência da classe trabalhadora, tendo um enfoque principal no “o que ensinar”, aproximando os alunos da riqueza intelectual produzida historicamente. (CASCAVEL, 2008, p.22).

É preciso garantir um ensino de qualidade em todas as realidades brasileiras, um ensino que trabalhe com o conhecimento integrado à geografia local para que os alunos percebam a sua aplicabilidade e necessidade no cotidiano da vida. Por isso a importância da Educação do Campo.

A Educação do Campo sofreu uma desatenção frente às políticas públicas que a consideravam não necessária aos povos trabalhadores da terra. Como reforça Arroyo, “Há uma tendência dominante em nosso país, marcada por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade” (ARROYO, 2004.p.21).

O movimento para uma Educação do Campo se fundamentou e se estruturou a partir das lutas dos movimentos sociais, sindicais, de educação popular e outras organizações sociais que reivindicavam e lutavam por uma educação como direito para todo o povo, seja do campo ou da cidade.

A própria Constituição de 1988, destaca a educação como direito a todos, estabelecendo “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que a “educação, é direito de todos e dever do estado e da família” (BRASIL, artigo 205). Porém, na realidade educacional, essa igualdade de acesso nem sempre aconteceu, principalmente no que se refere à Educação do Campo, visto as dificuldades, as carências e a marginalização histórica que essa temática sofreu na construção das políticas públicas.

A promulgação da Constituição foi importante porque abriu caminhos para a luta pelos direitos sociais, e com isto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/96, trouxe avanços significativos para a Educação do Campo quando reconheceu a diversidade do campo e aborda orientações para atender essa realidade, adaptando as suas peculiaridades.

O artigo 28, da LDB aponta normas específicas para a escola do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

O propósito do artigo é conceber à Educação do Campo o respeito à diversidade sociocultural, atender às diferenças históricas e culturais de cada região, porém sem convertê-las em desigualdades, “o que implica que os sistemas de ensino deverão fazer adaptações na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para se adequar ao que é peculiar à realidade do campo, sem perder de vista a dimensão universal do conhecimento e da educação” (BRASIL, 2006, p.18).

Cada unidade de ensino tem sua realidade local e regional, assim, a proposta pedagógica deve atender a tais peculiaridades, como por exemplo, os conteúdos, além dos gerais, há os específicos que devem estar de acordo com as

características regional, local, econômica e cultural da comunidade onde a escola está inserida. Além disso, há a opção de organizar o tempo escolar na perspectiva de jornada integral ou de regime de alternância, tendo como parâmetro os ciclos agrícolas ou condições climáticas, contudo, sem prejudicar a carga horária e a qualidade de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) assim abriu precedentes legais, jurídicos e políticos para a efetivação e discussão de uma educação com respeito à diversidade sociocultural, acolhendo as diferenças, pois o que antes se percebia era que o ensino rural ou do campo fazia-se presente nos discursos governamentais, mas, na prática, não havia esse respeito ao homem do campo e às suas necessidades. Tanto se percebe isto, que o currículo para as escolas do campo era essencialmente urbano e geralmente, deslocado da necessidade e da realidade do campo.

No final de 1990, abre-se o primeiro espaço público e efetivo de debate com o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), com apoio da Universidade de Brasília (UnB), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e de outras Entidades. Neste evento lança-se o desafio de

pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto, em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho. (BRASIL, p.19,2006).

Subsequentemente foram acontecendo outros eventos e conferências com a pauta voltada para a Educação do Campo, para tanto, o poder público compreendeu a necessidade de uma legislação para este fim, e assim se efetivou a elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE / CEB n.1, de 3 de abril de 2002). Esta se configurou em um documento legal importante, pois foi uma das primeiras políticas elaboradas especificamente para as escolas do campo, onde é reconhecido o modo de vida no campo e explicitado a identidade da escola, não apenas devido ao espaço geográfico em que se localiza, mas vinculada aos povos do campo.

A aprovação das Diretrizes Operacionais, com o objetivo de adequar os direitos conquistados na área educacional a essa realidade, é de suma importância para as escolas do campo, pois representa o resgate de um direito negado, o acesso a um bem real, social e simbolicamente

importante, para participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais”. (BORGES, 2011, p.05)

Desde então, a Educação do Campo tomou seu espaço de direito e houve articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada, pois a discussão sobre a Educação do Campo foi aparecendo em seminários e encontros políticos. A Educação do Campo contribuiu para a construção de uma memória coletiva, como afirma Arroyo (2004), e no resgate da identidade do homem do campo, valorizando a cultura, seu espaço, modo de vida e atento às especificidades da vida no campo.

PENSANDO A CONCEPÇÃO DE CAMPO

Afinal qual é a concepção de ensino e educação para o campo que busca-se para integrar-se à educação ali concebida? A concepção de campo tem seu sentido modelado pelos movimentos sociais, fazendo referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra.

Essa concepção de campo vai além de uma definição jurídica, mas configura-se politicamente quando considera as particularidades do grupo social ao qual a escola está inserida, adequando a educação a esta realidade. Como define as diretrizes:

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico”. (PARANÁ, p.24, 2006)

A vida no campo se expressa aqui na relação efetiva com a natureza, no contato direto com o verde, com a mata, no plantio e cultivo da terra, onde a maioria das formas de trabalho está vinculada ao meio rural e as pessoas tem um vínculo social mútuo, diferenciando da vida urbana que o trabalho relaciona-se ao comércio e a industrialização, e as pessoas pouco se relacionam entre si.

Escolas dos assentamentos, acampamentos, escolas em distritos, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, arrendatários, pequenos proprietários, colonos ou sitiantes, comunidades quilombolas, entre outros, são os grupos sociais caracterizados como povos do campo. Cada grupo dependendo da região do Brasil que vivem, tem seu

modo de vida, sua cultura e sua forma de se adaptar e transformar sua relação com a natureza e com o mundo, cabendo à educação “considerar essa cultura em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos”. (PARANÁ, p.26, 2006)

Cada região do Brasil tem suas peculiaridades e formas de vida, que dependem, por exemplo, do clima e do solo da região, assim cabe a escola adequar-se a tal realidade e atender as necessidades do povo que ali vivem.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A escola existe em qualquer lugar, tempo ou espaço, e para todas as pessoas, mas o que pretende-se na escola do campo é retomar e reforçar a discussão sobre como vincular educação à vida real, evitando desenvolver uma educação despolitizada e sem vínculos históricos.

O campo é um lugar com características propriamente rural, seus trabalhadores também têm direito a uma escola na localidade e ali serem respeitados. Para tanto, há de possibilitar uma educação voltada a seus interesses, não de um cotidiano linear e superficial, mas com base nas múltiplas relações e determinações da sociedade rural, como também, considerar as questões da realidade concreta.

Não basta, assim, a escola apenas, devido a sua localização; fator essencial para a sua implementação; passar a ser denominada “Escola do Campo” para a partir deste momento, atender o objetivo esperado, e continuar a trabalhar por exemplo, tendo como norteador da prática educativa um currículo essencialmente urbano, deslocado das necessidades e da realidade do campo.

As Diretrizes Curriculares fazem esta reflexão de maneira significativa:

Essa visão, que tem permeado as políticas educacionais, parte do princípio que o espaço urbano serve de modelo ideal para o desenvolvimento humano. Esta perspectiva contribui para descaracterizar a identidade dos povos do campo, no sentido de se distanciarem do seu universo cultural. (PARANÁ, 2006, p.28)

Na sociedade capitalista então, o modelo e a lógica do currículo volta-se para a concentração de renda, o trabalho na terra para fins lucrativos, ou seja, a grande

propriedade e a agricultura com objetivo à exportação, o êxodo rural, por fim, prioriza a cidade em detrimento do campo.

Percebe-se então que este currículo desvincula-se totalmente dos princípios da Educação do Campo. A reformulação do currículo é fator predominante para o propósito da Educação do Campo, que segundo Arroyo “precisam incorporar o movimento da realidade e processá-lo como conteúdos formativos”. (ARROYO, 2004, p.56) ok

O currículo é como, dito no sentido figurado, o coração de uma escola, e assim orienta toda a organização dela, e segundo Arroyo (2004), para que atinja os princípios e os ideais da Educação do Campo, precisa ter as seguintes características:

1º) Contemplar a relação com o trabalho na terra. A lógica predominante no currículo norteado pelo espaço urbano, visava a formação para o trabalho assalariado predominante nas cidades, no currículo para o campo busca-se desenvolver o apego à terra, ao seu cultivo, como parte da identidade do campo. Não considera-se as opções de formação profissional, que podem ou não ter elo com o trabalho agrícola, mas uma concepção da formação dos trabalhadores para uma inserção nos processos produtivos.

2º) Currículo com vínculo entre educação e cultura. A escola entendida como um espaço de desenvolvimento cultural para todos, sejam alunos e comunidade.

Valorizar a cultura dos grupos sociais que vivem no campo; conhecer outras expressões culturais; produzir uma nova cultura, vinculada aos desafios do tempo histórico em que vivem educadores e educandos e às opções sociais em que estão envolvidos. (ARROYO, 2004, p.57)

3º) Preocupar-se com o movimento da história. Repensar a abordagem dos conteúdos com o movimento da história, de modo a explorar a sua dimensão histórica e fazer da escola um lugar onde todos ali envolvidos “possam encontrar-se com a sua história, com a história da comunidade, da região, do país, da humanidade, estabelecendo laços entre o presente e passado, que os eduquem como projetistas do futuro”. (ARROYO, 2006, p.58)

Percebe-se a função do currículo, no sentido de propor caminhos e orientar as práticas educativas da escola, para tudo que faz-se, é preciso ter objetivos e direções claras. Na escola do campo não é diferente, um currículo que distingue tais

aspectos citados, como o amor a terra, seus respectivos trabalhos, a cultura do povo do campo, como as crenças, valores, místicas e os conteúdos que ajudam a formar uma visão de mundo crítica e histórica, que levem os alunos a participar da vida em sociedade, e, no caso da Educação do Campo, a valorizar e permanecer no campo. O currículo precisa ter sentido, significado real, para tanto, deve estar atrelado a realidade vivida pelo aluno.

A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA DO CAMPO

O aluno é o centro de todo o processo educativo, e sua formação humana, enquanto cidadão, é o objeto de ensino da escola. Para tanto, a intenção do estudo e da pesquisa no espaço de uma escola do campo foi feita com objetivo de perceber se a Educação do Campo vem conseguindo formar este aluno.

Neste artigo utiliza-se a pesquisa documental, como a Proposta Pedagógica da Escola Municipal de Ensino e o seu Regimento Escolar, que é uma fonte rica de informações, pois traz toda a caracterização e a organização da escola. A proposta pedagógica está sendo reformulada e realimentada, pois a escola passou a ser denominada Escola do Campo no final do ano de 2013, a partir do decreto 008/13, por atender alunos oriundos da zona rural, assim, há de se repensar e trazer para as práticas educativas essa diversidade da vida no campo.

Enquanto pesquisadora e coordenadora¹, atuo na prática educativa desta escola através da ação de acompanhar, observar, analisar e entender como as ações pedagógicas vêm acontecendo, que mudanças, que discussões frente à temática da Educação do Campo e perspectivas precisam ser abordadas para reformular a proposta pedagógica da escola e atender o propósito da Educação do Campo.

Além disso, foi realizada uma breve entrevista escrita com coleta de dados aos professores atuantes da escola, com objetivo de buscar informações em relação ao trabalho e didática utilizada na prática em sala de aula. Indagando e evidenciando metodologias voltadas para a preparação e valorização da identidade do espaço e do aluno que ali vive.

¹ Coordenadora pedagógica da Escola Municipal em questão, já atuando há 15 anos na referida função.

a) Caracterização da Escola

A Escola Municipal de Ensino tem sua sede localizada no distrito de Sede Alvorada, município de Cascavel, Paraná. A escola atende em média 100 famílias da comunidade de Sede Alvorada e de outras localidades vizinhas, como Esquina Memória, São Roque do Lopeí, Planaltina e São Roque. Por isso, os alunos oriundos destas localidades, são favorecidos com o transporte escolar.

O distrito possui uma área de 9550 alqueires de solos férteis, onde segundo parecer da Associação de Moradores do local, 71 % desta área é ocupada por pequenos e médios produtores rurais. Destacando-se na produção agrícola, pecuária e algumas propriedades de produção de peixes (piscicultura).

A escola atualmente conta com 134 alunos, atendendo nas modalidades de Educação Infantil – pré-escola II, Ensino Fundamental nos anos iniciais de 1º ao 5º ano e também na Educação Especial com o atendimento na Sala de Recursos Multifuncional.

b) Discussão e análise

Na entrevista feita com os professores, percebeu-se que todos têm clareza dos princípios que norteiam a Educação do Campo, os quais alegaram que se refere a uma política educacional voltada para alunos da zona rural, que ressalta a valorização, o resgate da identidade do homem do campo, estimula o pertencimento e a permanência deste público no campo. Também consideraram que a escola atende as características desta educação, pois os alunos, em sua maioria, residem no campo e as famílias trabalham em atividades relacionadas à vida rural, como agricultores e pecuaristas.

Todos os professores consideraram não ter havido mudanças significativas desde que a escola passou à nomenclatura de Escola do Campo. A escola continua atrelada ao Currículo Para a Rede Municipal de Ensino de Cascavel, elaborado em 2008, mas procuram em sua prática docente explorar os conteúdos elencados no currículo com práticas que valorizem a vida no campo. Utilizam assim, de estratégias pedagógicas na abordagem dos conteúdos que trazem para a sala de aula a realidade do aluno, explorando os conhecimentos prévios dos alunos como ponto de partida ao novo conhecimento, permeando conteúdos com entrevistas com os pais,

deixando que os alunos relatem experiências da vida cotidiana, contudo, não ficando no pragmatismo, mas com objetivo claro da apropriação e transmissão do conhecimento científico. “O suposto é que as propostas, os conteúdos são iguais para todos e devem ter a mesma finalidade: habilitar todas as crianças e jovens do campo ou da cidade para as experiências modernas da produção e do mercado” (ARROYO, 1999, p.24).

O currículo da rede municipal de Cascavel não traz especificamente o item para a Educação do Campo, mas há uma abertura para o seu enfoque, já que destaca que:

Trabalhar com o conhecimento num processo educativo intencional implica: reconhecer a objetividade e universalidade do conhecimento; reconhecer o caráter histórico deste conhecimento, o tratamento científico na organização deste Currículo e a vinculação dos conteúdos com as exigências temáticas e práticas da formação dos indivíduos. (CASCAVEL, 2008, p.10)

O trecho selecionado sugere, então, a relação dos conteúdos com a vida social, seu movimento e origem histórica, a apropriação do conhecimento científico e a preocupação com a formação do aluno enquanto ser atuante na sociedade em que vive.

Verificando a Proposta Pedagógica da Escola, que vem sendo realimentada na concepção de Educação do Campo, percebe-se na apresentação da escola e na sua caracterização, que há apontamentos relacionados à valorização da cultura local, vinculado a realidade da escola e que possibilita uma síntese cultural como recurso e instrumento pedagógico. Cabe ressaltar que no trabalho com a diversidade cultural é importante o confronto e o diálogo com as diferentes culturas, não se fixando apenas na cultura local, pois a cultura é dinâmica.

Para Arroyo, 1999:

A questão é mais fundamental, é às raízes culturais do campo e trabalhá-los, incorporá-los como herança coletiva que mobiliza e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e também pede educação. Superar a visão de que a cultura do campo é estática paralisante, voltada para a manutenção de formas e valores arcaicos”. (ARROYO, 1999, p.24)

A Cultura do povo, seja do campo ou da cidade, se forma nas relações sociais, no contato com a natureza e perpassa pelas gerações, esta, também forma o cidadão, assim é preciso arraigar o povo à sua cultura, recriá-la no contato e

conhecimento de outras culturas, mas sobretudo à Educação do Campo e valorizar a sua cultura, desmistificando por exemplo, a vergonha de morar no campo.

Outro documento verificado é o Regimento Escolar da escola estudada que traz uma subseção referenciando a Educação do Campo. Cita a instituição como destinada ao atendimento das populações rurais, assim prescrevendo:

Nesta instituição a Educação do Campo compreende a Educação Básica, em Educação Infantil – Pré-escolar e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a qual destina-se ao atendimento das populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida: agricultores familiares, assentados, acampados da Reforma Agrária e outros. ” (Regimento Escolar da Escola Municipal. Art.14)

Ainda traz em destaque o respeito às diferenças e o direito à igualdade, deixando claro que a proposta da escola contemplará a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, além de reconhecer as especificidades das formas de viver em campo, respeitando a cultura, as características e necessidades dos que vivem e trabalham no campo. “Tratar o aluno como gente, no seu tempo, na sua idade, no seu gênero, na sua raça, na sua história, na sua diversidade, no seu momento de formação humana”. (ARROYO, 199, p.20)

O aluno é um ser social e traz consigo uma história de vida, de experiências culturais, de valores aprendidos no convívio familiar e social, e este conhecimento não pode simplesmente ser deixado de lado no trabalho educativo, é preciso explorá-lo, resgatá-lo, tomá-lo como ponto de partida para avançar gradativamente nos conceitos científicos e culturais.

Cada sujeito tem sua história, seja aluno ou professor. Uma das características da Educação do Campo e, conseqüentemente, do currículo é considerar a história feita pelos sujeitos, valorizar as pessoas, respeitar sua diversidade e seus direitos, sendo a educação um dos direitos de luta.

Contudo, não basta um currículo realimentado e reformulado com princípios da Educação do Campo, há ainda de pensar na formação dos protagonistas, que são os professores, porque são eles os condutores e mediadores de todo o processo ensino e aprendizagem.

Cabe perguntar. Que proposta de formação será ou está sendo organizada a estes profissionais? Realmente são profissionais que conhecem a realidade local?

Ou são oriundos de cidades vizinhas carregados do pragmatismo urbano? Portanto, é preciso repensar a formação dos profissionais da Educação do Campo, desde os cursos preparatórios de magistério e de graduação, que não tratam das questões voltadas à vida no campo, valores, costumes e culturas associadas. O que acaba por acontecer, é que muitos professores, oriundos de cidades vizinhas acabam por assumir salas de aulas nas escolas do campo, sem o devido conhecimento necessário da realidade local, trazendo consigo experiências e o pragmatismo da vida urbana.

O valor à terra, à vida no campo, a coletividade e a vida em comunidade, devem ter seu princípio nos professores, são eles os modelos práticos na escola. “É necessário que ele seja sujeito do processo pedagógico, sinta-se sujeito, queira ser sujeito” (BRASIL, 2006, p.33).

Qualquer educação rural ou urbana precisa de profissionais comprometidos, que não neguem o prazer de ensinar, capazes de desenvolver uma prática pedagógica pautada nos princípios àquela realidade. Os professores podem se constituir nos motivadores para a aprendizagem nos alunos, quando conhecem a história de vida do aluno, trabalham o conteúdo de forma significativa, e consequentemente, atendem às necessidades dos alunos e de sua realidade, no caso à vida no campo, sua valorização e o orgulho de ali viver.

CONCLUSÃO

A Educação do Campo vem gradativamente tomando seu espaço frente às políticas públicas, nas leis, nos cursos de licenciaturas, nos seminários, em encontros de educadores. Assim, vai se estruturando e atendendo a seu propósito de garantir uma educação de qualidade ao povo do campo, articulado ao contexto e às necessidades da vida no campo, tornando-se significativa para este povo.

Há necessidade de implementação de um currículo nas escolas do campo que incorpore os saberes do campo, a relação de trabalho na terra, o vínculo entre a educação e cultura e os conteúdos compreendidos no seu movimento histórico, pois existem escolas denominadas do campo, contudo, ainda atrelados a um currículo urbano. É preciso que estas escolas criem sua própria identidade, realimentando e reformulando a proposta pedagógica, para tanto, a escola precisa conhecer e aproximar-se da realidade ao qual está inserida.

Além da reformulação do currículo que constitui uma parte importante para a organização da escola, a formação docente é outro passo crucial. Professores comprometidos, conhecedores da realidade da escola, capazes de se colocarem em constante processo de capacitação. Os professores são os principais condutores de todo o fazer pedagógico, precisam conhecer a realidade em que atuam e ver no campo toda a sua beleza, valorização e importância para o povo em que ali vive, além disso, passar isto para os alunos.

REFERÊNCIAS:

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, Aug. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622007000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 de junho de 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF : Articulação nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma educação Básica do campo nº 2.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

CASCAVEL. **Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: Volume II: Ensino Fundamental - Anos Iniciais**. Cascavel, PR : Ed. Progressiva, 2008.

ENDERLE, A. T.. Educação do Campo: um novo currículo com novas práticas pedagógicas. In: **II Seminário de Pesquisa em Educação do Campo**, 2011, Florianópolis. **II Seminário de Pesquisa em Educação do Campo** Educação do Campo: desafios teóricos e práticos, 2011

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO; Elias Canuto. Educação do Campo: Um olhar Histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V. Nº 09, jul./dez. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna e FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2562/1751>> Acesso em 03 de junho de 2014.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa**. Curitiba. Governo do Paraná. 2008.

_____. **Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo**. Curitiba. Governo do Paraná, 2006.

RAMOS, Maria de Lourdes Lôpo. Educação e currículo: as políticas públicas educacionais nos anos 90. **Revista de História Alpharrábios**, v. 02, p. 01-13, 2008.

S/A. **Regimento Escolar da Escola Municipal de Ensino**. Cascavel, 2012.

S/A **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino**. Cascavel, 2013.

SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes. **Educação do campo Prática pedagógica**. Faculdades Integradas do Vale do Ivaí. Univa – Instituto de Estudos Avançadas e Pós-Graduação – Esap. Monografia de curso de pós-graduação lato Sensu em Ensino de Geografia e História. Umuarama, PR, 2009.

Disponível em: <http://eduep.uepb.br/alpharrabios>. Acesso em 19 de maio.